



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

ELAINE CRISTINA OLIVEIRA ALVES BARONI

**A acessibilidade do sujeito com deficiência física na escola:
Problematização de uma realidade acompanhada**

ALEXANIA-2013

ELAINE CRISTINA OLIVEIRA ALVES BARONI

**A acessibilidade do sujeito com deficiência física na escola:
Problematização de uma realidade acompanhada**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia pela Faculdade de Educação – FE
da Universidade de Brasília – UnB.

ALEXANIA - 2013

**A acessibilidade do sujeito com deficiência física na escola:
Problematização de uma realidade acompanhada**

BARONI, Elaine C. Oliveira Alves. **A acessibilidade do sujeito com deficiência física na escola: Problematização de uma realidade acompanhada.** Brasília-DF, Fevereiro de 2013. 51 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

FE/UnB-UAB

**A acessibilidade do sujeito com deficiência física na escola:
Problematização de uma realidade acompanhada**

ELAINE CRISTINA OLIVEIRA ALVES BARONI

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia pela Faculdade de Educação – FE,
Universidade de Brasília – UnB.

Professora Orientadora: Fátima Lucília Vidal Farias

Membros da Banca Examinadora

A)

B)

Dedico este trabalho ao meu marido
e meus filhos pela paciência que
tiveram durante todo esse tempo que
me dedicava aos estudos, ao meu querido pai e
em especial Mônica Paula e Joice Eliza
que me fizeram amar sem nada
pedir em troca, por isso não as
considero irmãs e sim filhas, pois
meu amor por elas é incondicional

Agradecimentos

Foram muitas pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente a Deus, pela certeza de sua presença quando tudo parecia inalcançável.

À UNB-UAB pela oportunidade de realizar este curso, por nos dar uma chance de fazê-lo a distância, por ter aberto as portas para uma infinidade de conhecimentos e aprendizados, obrigada pelo carinho, atenção e dedicação expressa por Ceone, Rosa Maria, Marcelo, Ruth e tantos outros que fizeram parte desta caminhada.

Ao meu querido e amado esposo Juarez pelo amor, carinho, paciência, incentivo e dedicação que demonstrou ao longo desses cinco anos. Amo muito.

Aos meus amados filhos Ana Carolina, Aliny e Gabriel, por saberem esperar e pela compreensão da ausência em alguns sábados dos últimos cinco anos. Amo vocês incondicionalmente.

A minha família, pai, mãe, Nenzinha, Francisco Neto e Elpídio Júnior por todo carinho, amor e amizade.

À minha amiga Janeth pelo incentivo e apoio que tem dado à minha vida e a minha formação ao longo de toda nossa trajetória.

À professora Fátima Vidal pela paciência, dedicação e maestria em orientar a realização desta monografia, sou-lhe grata pela atenção.

Aos colegas que cursaram disciplinas nestes últimos anos, pelo coleguismo expresso nas aulas e intervalos, especialmente, Ângela, Flavia Freitas. Flavia Lacerda, Andréa Pereira, Maria Aparecida que, diga-se de passagem, a pessoa mais doce e centrada da nossa turma.

Agradeço a Prefeitura de Alexânia-Go por ceder o espaço da Escola Agrícola, para que pudéssemos ter um lugar de encontro e aprendizado.

Em especial: meu imenso respeito e agradecimento a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a conclusão deste curso.

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo identificar e analisar as compreensões que professores e alunos apresentam acerca da acessibilidade física na escola que atuam. Visa também observar as relações estabelecidas entre os alunos com deficiência física e os demais alunos da escola bem como sua permanência dentro do espaço físico oferecido pela escola. Para embasamento teórico da pesquisa buscou-se suporte nos autores a seguir: Manzini e Corrêa, Araujo e Manzini, Lorenzini, entre outros tão importantes para a construção desse trabalho, com contribuições significativas a fundamentação, auxiliando nessa busca. A abordagem metodológica escolhida para o desenvolvimento dessa pesquisa é de cunho qualitativo, por proporcionar o contato com os sujeitos e o local pesquisado. Utiliza-se para a coleta de dados os seguintes instrumentos: questionário, que traz o perfil dos sujeitos, a observação, e a entrevista que contribuíram e enriqueceram a construção desse estudo, bem como ampliaram a visão teórica e prática sobre o que acontece na acessibilidade física dentro de uma instituição de ensino. Por meio desses instrumentos foi possível identificar as relações dos professores e alunos diante do sujeito com deficiência física, pois há ainda muito a ser feito para que aconteça a verdadeira inclusão física e social dentro das escolas. Nas considerações finais, destaca-se a necessidade de formação de professores e adaptações físicas dentro da instituição pesquisada.

Palavra-chave: Acessibilidade, compreensão, limitações, formação.

SUMÁRIO

PARTE I	8
MEMORIAL EDUCATIVO	9
PARTE II	14
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA DEFICIÊNCIA	17
1.1. DEFICIÊNCIA FÍSICA	19
1.2. ACESSIBILIDADE	24
1.3. DESENHO UNIVERSAL	28
1.4. AS BARREIRAS ENCONTRADAS PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	29
1.5. POSSIBILIDADES PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA APRENDEREM NA ESCOLA	36
CAPÍTULO 2– METODOLOGIA	38
2.1. QUESTIONÁRIO	38
2.2. LÓCUS DA PESQUISA	39
2.3. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	39
2.4. ANÁLISE DOS DADOS	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	47
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	51

PARTE I

MEMORIAL EDUCATIVO

Moro em Alexânia- Goiás. Tenho 35 anos, sou casada e tenho três lindos filhos, e sou a mais velha de cinco irmãos, dois homens e duas mulheres. Tive uma infância feliz, porém complicada meus pais se separaram quando eu tinha sete anos de idade, neste momento percebi que o mundo não era um lugar fácil de viver e que este mesmo mundo tinha muito que me ensinar. Aos dez anos de idade a segunda esposa do meu pai teve seu primeiro filho, a partir deste momento comecei a ter responsabilidades que minha filha com a mesma idade nem imagina que possa ter. Passei naquele ano de 1986 a ser mãe de duas garotinhas, ali naquele momento nasceu o meu lado maternal e meu amor pela educação. *“Toda criança que um dia fica grande e vira uma pessoa adulta, carrega pela a vida o menino ou a menina que foi antes” (PAULO FREIRE).*

Eu tinha 10 anos e tomava conta de duas meninas uma de 6 e outra de 4 anos de idade, mas eu amava. Sentia como a vida delas dependesse exclusivamente de mim. Aos 15 anos, Dezembro de 1992, formei-me em magistério, sempre fui meio precoce. Aos 16 já lecionava para uma turma de 4ª série do ensino fundamental e achava aquilo tudo tão lindo, que sabia exatamente o que iria ser quando crescer: Professora.

Meu pai não concordava muito com tudo isso, afinal profissão de professor não dava dinheiro, então parei com tudo e fui fazer o famoso cursinho, longe da minha família, para prestar vestibular para odontologia, meu pai sonhava em ter um filho dentista, e eu fazia de tudo para não despontá-lo. Prestei dois vestibulares e não passei em nenhum, neste mesmo ano minha família se muda para o estado do Tocantins, logo em seguida voltei para casa, não agüentava mais ficar longe dos meus amores.

Em 1995, passei em 3º lugar no vestibular de pedagogia da Fafich em Gurupi-To, meu Deus eu iria ser professora e com faculdade. Freqüentei a faculdade por 3 semestres, porém mais uma vez tive que interromper os estudos, engravidei e casei, fui morar com meu marido em um lugar que não tinha meios para continuar com o curso, nem pedagogia nem outro qualquer. Mas estava feliz eu ira ter um filho e isso era muito importante para mim.

Por dois anos morei com meu esposo em uma fazenda, logo depois nos mudamos para Alexânia, onde comecei a lecionar em uma escola particular, de inicio com uma turma de terceira série, mas meu objetivo era as crianças, no ano seguinte assumir a sala do

jardim. Neste mesmo período com minha filha já na escola passei no vestibular para a Faculdade de Letras em Anápolis-Go, entretanto no mesmo dia da matrícula descobrir que estava grávida de gêmeos e uma gravidez um pouco complicada, parei com tudo, lecionar, faculdade, fui me dedicar exclusivamente à minha família.

Em 2007, meus filhos já grandinhos e na escola resolvi tentar de novo, desta vez eu queria mais, queria UNB e com sorte apareceu a UAB, para mim foi um presente, pois não precisaria sair de casa. Passei e comecei a fazer o curso.

No primeiro semestre foi um tanto complicado, não sabíamos direito como tudo funcionava, plataforma, tutores, fóruns, tudo era muito novo. Para quem sempre estudou no estilo tradicional teria muito que aprender além dos conteúdos pré-estabelecidos.

A UAB-UNB passou a ser um compromisso inadiável para mim, passava dia e noite de frente ao computador, queria ler, ver, aprender tudo aquilo que estava sendo mostrado ali, pouco a pouco, percebi que bastava ter calma que eu iria tirar de letra a proposta da plataforma. Cada disciplina tinha uma maneira diferente de mostrar os conteúdos, mas todos tinham o mesmo objetivo, o conhecimento, e como aprendi nestes últimos anos.

Para mim não foi somente no quesito educação, foi para vida também, quanta lição, quanto aprendizado. Paulo Freire, Descartes, Piaget, Vygotsk tantos nomes da educação ensinando para vida. Mas um nome em especial me marcou Anton Makarenko, um educador Ucrâniano que teve como missão dirigir um colégio interno de crianças órfãs e com problemas de disciplina. Sua pedagogia tornou-se conhecida por transformar centenas de meninos e meninas marginalizados em cidadãos, pois educava formando pessoas conscientes, valorizando sempre a disciplina. Um grande educador.

Sempre procuro tirar algo de tudo que aprendo para o meu crescimento íntimo e pessoal, e esse pensadores e educadores sempre nos mostra algo que te abre um leque de opções para decidir o que pode ser certo ou errado.

A faculdade nos abre espaços para aprendizados e conhecimentos profundos, onde possamos discernir o que nos cabe como alunos e futuros profissionais, sem deixar de lado a seriedade do que é aprender, pois nossos mestres também aprendem com aqueles nos quais estão ensinando.

Todo início de semestre era mesma coisa, não conseguíamos acessar as plataforma, os professores não compareciam aos encontros e os tutores pouco podiam fazer, pois sua função era dar suporte físico e virtual aos alunos.

Quantas vezes perdemos conteúdos para discutirmos sobre coisas que na verdade sabíamos que não haveria mudanças. Com o passar dos semestres as coisas, pelo menos para mim, mudaram para melhor. Chega um tempo que devemos aceitar as coisas e extrair delas o que nos pode dar de melhor, foi isso que fiz particularmente, percebi que não ganharia nada brigando com uma universidade como a UNB. A partir deste momento vi o quanto eu tenho para aprender, é só querer.

Que gama de conhecimentos se podem adquirir quando levamos a sério nosso aprendizado. Cada disciplina nos fazia viajar por terras distantes, cada leitura, resenha, síntese, fichamento. E a troca com os colegas, como aprendi, como estou aprendendo. Em Projeto 3, fiz tutoria, queria entender como funcionava e como eu poderia usufruir também desta ferramenta, o tutor é alguém importante pois nos ajuda na caminhada desta nova forma de estudar, seu papel é indispensável como do professor, pois ele fica frente a frente com os alunos, conhecendo suas dúvidas, seus medos, suas vitórias.

Minha tutora presencial foi muito importante nesta caminhada, em todos os momentos que precisei, ela estava à disposição para ajudar no que fosse necessário. Projeto 4 Fase 1, fui entender como funciona a gestão escolar, fui à creche da minha cidade com mais duas colegas, de início foi complicado, uma das colegas não se deu muito bem com a diretora, mas no final tudo deu certo, e conhecemos como funciona a parte burocrática de uma escola.

“É no encontro do grupo que nos defrontamos com as diferenças. É no grupo que aprendemos esse processo difícil de conviver com as divergências. Isso tudo envolve e significa processo e apropriação do saber de cada um para deflagrar o que ainda não se conhece”. (PAULO FREIRE. 1993. P162).

Toda observação que fiz durante este período me mostrou o quanto nossa teoria é rica, o que muitas vezes não vemos na prática. A educação em nosso país ainda precisa de muitas mudanças para ser excelente, temos capacidades para isso é só querermos.

Dizem que todo estudante de pedagogia é meio sonhador, mas temos motivo para isso, nossa educação no papel é algo maravilhoso e prova disso são exemplos como Makarenko que conseguem extrair aprendizado de situações tão difíceis.

Fiz o estágio de Projeto 4 fase 2 em Educação Inclusiva, a interação com os profissionais foi extremamente enriquecedora, conforme minhas expectativas conheci a rotina do cotidiano escolar e a realização de diversas atividades. Esta experiência proporciona uma complementação da minha formação acadêmica. O estágio mostrou-me a importância de formação continuada e do constante aprimoramento dos conhecimentos, das necessidades sociais, da investigação da própria prática e a busca de temas atuais como educação especial e inclusiva.

No final deste estágio percebi que toda pessoa tem o direito de participar da vida social, a partir de uma realidade observada no nosso cotidiano, percebemos com muita frequência a dificuldade enfrentada pelas pessoas que demandam alguma limitação. A luta pela inclusão social tem sido constante na vida das pessoas com deficiência, assim o valor de igualdade, e respeito à diversidade e suas particularidades e singularidades, impulsionam o início de movimentos que garantam os direitos de pessoas com deficiência.

Este memorial me fez lembrar coisas que estavam guardadas em um lugar em que eu não ia há muito tempo. Quando me dei conta estava pensando em coisas que poderia ter feito diferente e outras que deveria ser exatamente como foram. O passado nos mostra quem somos e como fizemos para chegar neste presente, minhas escolhas envolveram muitas coisas, um dia alguém me disse que minha responsabilidade diante da vida tinha nascido lá atrás quando me deparei com situações que me deram duas opções amadurecer ou não.

Sou a mulher que sou hoje por causa deste passado, e este memorial me mostrou que não fui pelo caminho mais fácil, mais difícil, nem errado, usei o caminho que a vida me mostrava que seria o mais digno. Termino este memorial com a certeza de que aos 35 anos quero ser Eu, apenas isso, lidando com meus defeitos, melhorando minhas virtudes, estou aprendendo ainda que a vida seja cheia de limites e devemos sempre superá-los.

Objetivo Geral

Investigar o conceito de acessibilidade, teórica e prática o contexto de uma escola em Alexânia.

PARTE II

INTRODUÇÃO

A acessibilidade física é alvo de pesquisas, debates e projetos em favor de mudanças que venham a contribuir para o melhoramento da qualidade de ensino das pessoas com deficiência física. Sabemos que a escola é a instituição formal responsável de mediar e socializar o conhecimento e a aprendizagem. Portanto entende-se que compete à escola oferecer subsídio que possibilitem uma aprendizagem de qualidade para que o aluno possa sentir-se parte do meio em que vive. Para tanto vale ressaltar que esse processo também depende de como a escola oferece o ensino ao deficiente físico.

A escolha do tema dessa pesquisa surgiu a partir do interesse da pesquisadora pela educação inclusiva, e a acessibilidade física é um dos primeiros passos para que as pessoas com deficiência seja participante ativo dessa educação.

No primeiro capítulo apresenta-se a construção histórica da deficiência, como ela era vista no passado, a mudança na interpretação da sua definição. Ao longo do tempo o sujeito com deficiência foi visto de maneiras distintas, até chegar aos dias atuais, quando a sociedade está percebendo e reconhecendo a diversidade e a sua contribuição para a vida em sociedade. Começamos a perceber que a deficiência é construída historicamente e hoje precisamos mudar a sociedade e adequá-la ao outro com deficiência e não mais ao contrário.

Neste capítulo fala-se também da deficiência física e suas particularidades os tipos de deficiência física e como ela acontece e suas diversas causas, destaca-se também os direitos e deveres das pessoas perante a lei e o atendimento especializado direcionado ao outro com deficiência para melhor qualidade de vida.

Destacando também a acessibilidade que é uma necessidade para as pessoas com deficiência física, seja ela qual for, é uma garantia à integração social, destacando o desafio da acessibilidade que é a eliminação do preconceito, exigindo mudanças de atitude e permitir que o outro faça parte da sociedade como um todo. Falando-se também do Desenho Universal que é a filosofia de projetos visando à criação de ambientes, edificações e objetos que garantam os elementos da acessibilidade. As barreiras que a pessoa com deficiência física encontra que são elementos arquitetônicos físicos que impedem ou dificultam a realização de suas atividades.

Terminando o capítulo revelam-se as possibilidades para essas pessoas aprenderem na escola, a inclusão do deficiente físico, combatendo a exclusão, a discriminação e o preconceito no contexto escolar. A escola deve se ajustar às necessidades do aluno deficiente, proporcionando seu acesso livre às dependências do meio físico.

No capítulo dois destacou-se a metodologia que se usou a observação, a coleta de dados através de entrevistas e questionário, pois se tratam de instrumentos importantes para o esclarecimento das questões propostas nessa pesquisa, apresentando a análise e interpretação dos resultados com o auxílio dessas ferramentas pode-se traçar perfil dos entrevistados, permitindo entender e compreender sobre o que se procura mudar para atender o deficiente físico desta escola.

Nas considerações finais fica evidente a necessidade de mudanças a fim de garantir um ensino de qualidade, visto que as compreensões ainda mostrem que ainda existem mudanças a serem feitas.

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA DEFICIÊNCIA

Historicamente as deficiências são classificadas como: deficiência física, intelectual, visual, surdez e, desde dezembro de 2012, o autismo. A deficiência física, ao longo da história, foi vista e conceituada de diferentes formas, geralmente os deficientes físicos e intelectuais eram excluídos das atividades cotidianas da sociedade.

Nas sociedades primitivas, os povos eram nômades, sobrevivendo da caça e da pesca. Estavam sujeitos ao mau tempo e aos animais selvagens. Tudo isso dificultava a aceitação de pessoas que fugiam à rotina da tribo, pois, incapazes de ir à busca da caça e de sobreviver por si mesmos, essas pessoas mostravam-se dependentes da tribo. Por esse motivo, eram abandonadas em ambientes agrestes e perigosos, que inevitavelmente contribua para sua morte.

Na antiguidade, podemos exemplificar o tema se observamos os valores da cidade grega de Esparta, onde se cultuava a beleza do corpo, os portadores de deficiência física eram vistos como um perigo, pois não poderiam contribuir para se perpetuar a espécie, dessa forma eram abandonadas ainda crianças nos alto das montanhas ou jogadas em rios.

Quanto aos corpos de constituição doentia, não lhes prolongava a vida e os sofrimentos com tratamentos e purgações regradas, que poriam em condições de reproduzirem em outros seres fadados, certamente a seres iguais progenitores. [...] também não deveria curar os que, por frágeis de compleição não podem chegar ao limite natural da vida, por que isso nem lhes é vantajoso a eles nem ao estado. (PLATÃO apud? (429-347 a.C).

A história da pessoa com deficiência é marcada por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania. Mas na história da humanidade a imagem que muitos carregavam era a imagem da deformação do corpo e da mente. Tal imagem denunciava a imperfeição do corpo.

Encontra-se relato segundo Gurgel (2007), de pais que abandonavam as crianças dentro de cestos ou outros lugares considerados sagrados. Os que sobreviviam eram explorados nas cidades tornando-se muitas vezes artistas de circo. O nascimento de pessoas com deficiência era encarado como castigo de Deus, eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem ser purificados. A partir do século IV surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências.

No Brasil também há relato de crianças com deficiência que eram abandonadas, tendo em vista esse abandono foram criados em 1726 as chamadas rodas dos expostos onde as crianças eram colocadas e as religiosas as recolhiam, proporcionando alimentação, educação e todos os cuidados necessários.

A partir do século XIX passou-se a tentar compreender o porquê de algumas pessoas apresentarem certas atípicas, o que não significava o fim do preconceito. No século XX, a sociedade começa a considerar a possibilidade de pessoas com deficiências poderem inserir, inclusive, no mercado de trabalho. A educação passa a ser o principal elemento que poderia propiciar esta convivência. A institucionalização marcou a primeira metade do século passado; a segunda metade é marcada, por outro lado, pelas contribuições à educação especial provenientes dos trabalhos na área de psicologia, e por outro lado, pelo advento da integração e, posteriormente, do paradigma da inclusão.

Por volta dos anos de 1960, teve início o movimento para a integração social, que planejava “inserir as pessoas com deficiências nos sistemas sociais gerais, como a educação, o trabalho, a família e lazer.” (SASSAKI, 1997. P.31). Porém isso só veio a ficar mais evidente na década de 1980.

Contudo a inclusão não havia sido muito bem planejada, pois ela permaneceu sendo excludente, ou seja, a pessoa com deficiência era inserida na sociedade sem estar adequada para atendê-lo, exigindo assim que a pessoa com deficiência se adequasse à sociedade. Nos anos 90 houve uma reflexão acerca do tema e criação de soluções, hoje existem leis que defendem os direitos dos deficientes e garantem a inclusão escolar e social.

A sociedade começou a se organizar coletivamente para enfrentar os problemas e para melhor atender a pessoa com deficiência. A conscientização dos direitos humanos e da necessidade de participação e integração na sociedade de uma maneira ativa se faz presente.

No século XX, as pessoas com deficiência começam a ser consideradas como cidadãos com direitos e deveres na participação na sociedade, no entanto, ainda numa abordagem assistencial. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares dessas pessoas, teóricos defendem a normalização, ou seja, a adequação das pessoas com deficiência à sociedade para permitir sua integração. A Educação Especial aparece pela primeira vez na

LDB 4024, de 1961. A lei aponta que a educação das pessoas com deficiência deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação.

No Brasil, a nova Constituição, promulgada em 1988. Garante atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência na rede regular de ensino. A Lei Federal 7853, no item da educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos público de ensino e prevê crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem e suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um aluno.

Em junho de 1994 mais de 80 países se reúnem na Espanha e assinou a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como meio mais eficaz de combate à discriminação. Determinando que as escolas devam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

A lei de Diretrizes e Bases, nº 9394 de 1996, se ajusta à Legislação Federal e aponta que a educação das pessoas com deficiência deve dar-se, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Em 2001 é celebrada na Guatemala a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência.

Todas as mudanças na maneira de olhar a pessoa com deficiência possibilitou, ao longo dos tempos a criação de leis que aos poucos foram refletindo a mudança da sociedade. (CAMBIAGHI, 2007). Essas leis tratam de aspectos básicos para a promoção da acessibilidade.

1.1. DEFICIÊNCIA FÍSICA

Deficiência Física refere-se à alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de

membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções. (Decreto Nº 5.296/04, art. 5º § 1º, I, “a”, c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º).

De modo geral, incluem-se no grupo de deficientes físicos os portadores de todos os tipos de deficiências físicas e de problemas orgânicos ou de saúde, decorrentes de causas congênitas ou adquiridas. (ARAUJO; LORENZINI, 1995, P. 63).

Maciel (1998, p, 55) aponta que: “a deficiência física implica falha nas funções motoras. Na maioria das vezes, a inteligência fica preservada, com exceção dos casos em que as células da área da inteligência são atingidas no cérebro”.

Existem inúmeras causas para sua etiologia, algumas causas são:

Hemiplegias: por acidente vascular cerebral; aneurisma cerebral; tumor e outras.

Lesão medular: por ferimento por arma de fogo; ferimento por arma branca; acidentes de trabalho; mergulhos em águas rasas; traumatismos diretos; quedas; processos infecciosos; processos degenerativos e outros.

Amputações: causas vasculares; traumas; malformações congênitas; causas metabólicas e outras.

Malformações congênitas: por exposição a radiação; uso de drogas; causas desconhecidas.

Paralisia cerebral: por prematuridade; abnóxia Peri natal; desnutrição materna; rubéola; toxoplasmose, trauma de parto; subnutrição; outras. A paralisia cerebral é uma das mais comuns manifestações da deficiência física, dependendo da área do cérebro afetada a pessoa terá comprometimentos motores, na linguagem e na inteligência. Assim a paralisia não pode ser confundida com deficiência mental.

Paralisia cerebral é um distúrbio do movimento e da postura em consequência de uma lesão que pode ter ocorrido no cérebro durante a gestação, na hora do parto, ou logo após o nascimento. (MACIEL, 1998. P.56)

Existem diversos tipos de deficiências físicas e diversas causas que a originam, entretanto, quando possível, podemos evitá-las. Para tanto precisamos conhecer os fatores de risco que podem levar a uma deficiência física. Entre elas estão: violência urbana,

acidente desportivos, acidentes de trabalho, tabagismo, uso de drogas, sedentarismo, epidemias, endemias, agentes tóxicos, falta de saneamento básico dentre outros.

Em face de tantas causas, tipos e fatores de riscos relativos à deficiência física, o número de pessoas com deficiência física não poderia deixar de ser expressivo, segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), 10% da população de países desenvolvidos são constituídos de pessoas com algum tipo de deficiência. Enquanto que, para os países em via de desenvolvimento, estima-se de 12% a 15% destes, 20% teriam algum tipo de deficiência física.

No Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito de deficiência e de deficiência física, conforme segue:

Art. 3º: - Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4º: - Deficiência Física –alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, trilogia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

O comprometimento da função física poderá acontecer quando existe a falta de um membro (amputação), sua má-formação ou deformação (alterações que acometem o sistema muscular e esquelético).

Ainda encontraremos alterações funcionais motoras decorrentes de lesão do Sistema Nervoso e, nesses casos, observaremos principalmente a alteração do tônus muscular (hipertonia, hipotonia, atividades tônicas reflexas, movimentos involuntários e coordenados). As terminologias “para, mono, tetra, tri e hemi”, diz respeito à determinação da parte do corpo envolvida, significando respectivamente, “somente os membros inferiores, somente um membro, os quatro membros, três membros ou um lado do corpo”.

O documento “Salas de Recursos Multifuncionais”. “Espaço do Atendimento Educacional Especializado” publicado pelo Ministério da Educação afirma que:

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso.

As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. (BRASIL, 2006, p. 28)

Na escola encontraremos alunos com diferentes diagnósticos. Para os professores será importante a informação sobre quadros progressivos ou estáveis, alterações ou não da sensibilidade tátil, térmica ou dolorosa; se existem outras complicações associadas como epilepsia ou problemas de saúde que requerem cuidados e medicações (respiratórios, cardiovasculares, etc.). Essas informações auxiliarão o professor especializado a conduzir seu trabalho com o aluno e orientar o professor da classe comum sobre questões específicas de cuidados.

Deveremos distinguir lesões neurológicas não evolutivas, como a paralisia cerebral ou traumas medulares, de outros quadros progressivos como distrofias musculares ou tumores que agredem o Sistema Nervoso. Nos primeiros casos temos uma lesão de característica não evolutiva e as limitações do aluno tendem a diminuir a partir da introdução de recursos e estimulações específicas.

Já no segundo caso, existe o aumento progressivo de incapacidades funcionais e os problemas de saúde associados poderão ser mais frequentes.

Algumas vezes os alunos estarão impedidos de acompanhar as aulas com a regularidade necessária, por motivo de internação hospitalar ou de cuidados de saúde que deverão ser priorizados. Neste momento, o professor especializado poderá propor o atendimento educacional hospitalar ou acompanhamento domiciliar, até que esse aluno retorne ao grupo, tão logo os problemas de saúde se estabilizar.

Sabemos também que nem sempre a deficiência física aparece isolada e em muitos casos encontraremos associações com privações sensoriais, visuais ou auditivas, deficiência intelectual, autismo, entre outros, e, por isso, o conhecimento destas outras

áreas também auxiliará o professor responsável pelo atendimento desse aluno a entender melhor e propor o Atendimento Educacional Especializado (AEE) necessário.

Existe uma associação frequente entre a paralisia cerebral e os problemas de comunicação. A alteração do tônus muscular, nessas crianças, prejudicará também as funções fonoarticulatórias, nas quais a fala poderá se apresentar alterada ou ausente. O prejuízo na comunicação traz dificuldades na avaliação cognitiva dessa criança, que comumente é percebida como deficiente intelectual. Nesses casos, o conhecimento e a implementação da Comunicação Aumentativa e Alternativa, no espaço do atendimento educacional, serão extremamente importantes para a escolarização deste aluno.

[...] é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possam aperfeiçoar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida. (BRASIL, 2006, p. 29)

Para que o aluno com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança. É o Atendimento Educacional Especializado, ministrado preferencialmente nas escolas do ensino regular, que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares. O objetivo é que o aluno tenha um atendimento especializado capaz de melhorar a sua comunicação e a sua mobilidade.

Por esse motivo, o Atendimento Educacional Especializado faz uso da Tecnologia Assistiva direcionada à vida escolar do educando com deficiência física, visando à inclusão escolar. A Tecnologia Assistiva, segundo Bersch (2006, p. 02) deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência. Assim, o Atendimento Educacional Especializado pode fazer uso das seguintes modalidades da Tecnologia Assistiva, visando à realização de tarefas acadêmicas e a adequação do espaço escolar.

a) Uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa, para atender as necessidades dos educandos com dificuldades de fala e de escrita.

b) Adequação dos materiais didática pedagógicos às necessidades dos educandos, tais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com ímã fixado, tesouras adaptadas, entre outros.

c) Desenvolvimento de projetos em parceria com profissionais da arquitetura, engenharia, técnicos em edificações para promover a acessibilidade arquitetônica. Não é uma categoria exclusivamente de responsabilidade dos professores especializados que atuam no AEE. No entanto, são os professores especializados, apoiados pelos diretores escolares, que levantam as necessidades de acessibilidade arquitetônica do prédio escolar.

d) Adequação de recursos da informática: teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais, acionadores, entre outros.

e) Uso de mobiliário adequado: os professores especializados devem solicitar à Secretaria de Educação adequações de mobiliário escolar, conforme especificações de especialistas na área: mesas, cadeiras, quadro, entre outros, bem como os recursos de auxílio à mobilidade: cadeiras de rodas, andadores, entre outros.

A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas e critérios para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. De acordo com ela, acessibilidade significa dar a essas pessoas condições para alcançarem e utilizarem com segurança e autonomia, os espaços mobiliários e equipamentos urbanos, as edificações, os transportes e os sistemas e meios de comunicação. Para isso a lei prevê a eliminação de barreiras e obstáculos que limitem ou impeçam o acesso à liberdade de movimento e a circulação com segurança dessas pessoas.

1.2. ACESSIBILIDADE

Hoje as pessoas com deficiência contam com inúmeras Leis que definem seus direitos e primam pela questão da acessibilidade.

O conceito de acessibilidade está diretamente ligado ao conceito de desenho universal que de acordo com Okimoto, Silva, Lotufo (2006) considera a diversidade humana na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos, de forma a respeitar as diferenças existentes entre as pessoas e a garantir a integração entre produto/ambiente e usuários para que seja concebida como sistemas e não como parte isolada.

A acessibilidade é uma necessidade de pessoas com deficiência, faz parte da sua cidadania, porém muitas vezes é ignorado no planejamento de espaços e vias públicas de uma cidade, o resultado disso são as inúmeras barreiras arquitetônicas existentes, tais como: ausência de transporte adequado, ausência de rampas para locomoção, banheiros sem corrimão para apoio, mobiliário urbano não adequado (telefones, bebedouros, caixas bancários, correios), estacionamento sem vagas para pessoas com deficiência, entre outros. São barreiras que pessoas com deficiência ou limitações físicas se deparam em seu cotidiano, e dessa forma aumenta ainda mais a exclusão dessas pessoas.

O princípio da acessibilidade está presente na concepção que orienta a construção da escola inclusiva, indicando a sua demanda transversal que contrapõe a existência paralela de ensino especial e ensino regular passa a planejar as escolas com ambientes acessíveis, sem discriminação, que garantam os direitos de cidadania e atenção à diversidade humana. O desafio da acessibilidade está colocado para a educação, seus pressupostos não estão restritos ao trabalho de determinados profissionais, mas estão direcionados para toda escola e sociedade. Sua efetivação requer eliminar os preconceitos, exigindo mudanças de atitudes em relação às diferenças e adequação das estruturas físicas que permitam a circulação e mobilidade, segundo critérios de acessibilidade (Revista da educação Especial – Jul./2006. pg.03).

Acessibilidade espacial é poder chegar a algum lugar com segurança, conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais, estabelece a participar das atividades que ocorrem no ambiente fazendo uso dos equipamentos disponíveis. A acessibilidade espacial depende das condições ambientais de acesso à informação, das possibilidades de deslocamento e de uso de atividades, permitindo aos indivíduos participar e estabelecer relações com as demais pessoas. Para se criar ambientes acessíveis é necessário identificar os diferentes elementos que podem dificultar ou impedir a percepção, circulação, compreensão ou apropriação dos espaços e atividades por parte dos

usuários, bem como obstáculos de ordem social e psicológico que impedem seu uso efetivo. Estes elementos são conhecidos com barreiras atitudinais, físicas e de informação.

Símbolo internacional de acesso

A indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário e dos espaços deve ser feita com o uso deste símbolo, preferencialmente branco sobre fundo azul (referência de cores Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C). Opcionalmente pode ser representado em branco e preto.



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

ABNT NBR 9050, segunda edição, 31/05/2004.

Todas as escolas brasileiras, públicas e particulares, são obrigadas por lei a fazer as modificações arquitetônicas necessárias para atender os requisitos da acessibilidade. Os alunos cadeirantes são os que mais sofrem com a falta de estrutura física adequada. Mas apenas cerca de 30% das instituições de ensino privadas são acessíveis, segundo dados do último Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC). Veja o que deve ser modificado na escola para receber estes estudantes, de acordo com a Lei 10.098, de 19/12/2000, o decreto 5296, de 02/12/2004, e a Norma Brasileira 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Entrada e circulação

A entrada de alunos deve estar preferencialmente localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. Deve existir pelo menos uma rota acessível, ou seja, livre de escadas e com espaço suficiente para a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas,

interligando o acesso dos estudantes a todos os ambientes da escola, incluindo a área administrativa.

Os corrimãos das rampas devem ser instalados em duas alturas: 0,70m e 0,92m do piso. Nas escolas que possuírem outras instalações complementares, como piscinas, ambulatórios, locais de hospedagem, etc., estes também devem ser acessíveis.

Portas

As portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livres de no mínimo 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Também devem ser respeitadas as distâncias de aproximação frontal e lateral. Existem muitos outros aspectos a serem considerados conforme o tipo da porta. Para conhecer todas as recomendações consulte a norma da ABNT.

Na sala de aula

As lousas devem ser instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Todos os elementos do mobiliário interno, inclusive a lousa, devem ser acessíveis, isto é, garantir áreas suficientes para aproximação e manobra de cadeira de rodas.

Também deve ser levada em conta, para a disposição do mobiliário e outros objetos, a faixa de alcance visual dos cadeirantes.

Carteiras

Pelo menos 1% do total das carteiras – com no mínimo uma para cada duas salas de aula – deve ser acessível a cadeirantes. As mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. A mesma regra serve tanto para as mesas em sala de aula quanto para os refeitórios.

Banheiros

Pelo menos 5% dos sanitários tantos dos alunos como dos professores – com no mínimo um para cada sexo – devem ser acessíveis. Recomenda-se também que, além disso, 10% dos outros sejam adaptáveis à acessibilidade. Os banheiros devem possuir barras de apoio para o vaso sanitário e para os lavatórios. Para conhecer todas as medidas e padrões verifique a norma da ABNT.

Bebedouros

Todos os elementos do mobiliário urbano da edificação como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, devem ser acessíveis, respeitando as áreas de aproximação e manobra, como nos exemplos citados acima com relação às portas e ao mobiliário interno de sala de aula. No caso dos bebedouros, 50% dos equipamentos – no mínimo um – precisam ser acessíveis com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. O acionamento dos bebedouros, assim como o manuseio dos copos, deve estar posicionado na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso.

1.3. DESENHO UNIVERSAL

Em 1963 foi criada em Washington-EUA uma comissão para um “Desenho Livre de Barreiras”, uma corrente ideológica para o desenho de equipamentos, edifícios e áreas urbanas. Nessa linha de pensamento os fatores comportamentais são associados às barreiras existentes onde a exclusão e a segregação das pessoas com deficiência desses obstáculos.

Segundo SAE – Serviço de Engenharia e Arquitetura (CORDE) o desenho universal não abrange apenas os PPD (Pessoas Portadoras de Deficiência), leva em consideração as múltiplas diferenças existentes entre as pessoas. Propõe que os espaços sejam projetados de forma a atender ampla gama da população, considerando as variações de tamanho, sexo, peso ou diferentes habilidades ou limitações que as pessoas possam ter.

Os princípios básicos do Desenho universal são:

- acomodar grande gama antropométrica, ou seja, pessoas de diversos padrões ou em diferentes situações (altos, baixos, em pé, sentados etc.). Significa estar atento a alguns limites e ação e alcance manual ou visual impostos a pessoas mais baixas, mais altas ou em cadeiras de rodas, por exemplo.

- reduzir a quantidade de energia necessária para utilizar produtos ou ambientes. Deve-se adequar as distancias e espaços para que não levem a um esforço adicional ou cansaço físico.

- adequar ambientes e produtos, para que sejam mais compreensíveis, considerando inclusive as pessoas com perdas visuais ou auditivas que necessitam de soluções especiais através de cores vibrantes ou sinais sonoros.

- inter-relacionar os produtos e ambientes que devem ser concebidos como sistemas e não mais partes isoladas. (CORDE/SAE 2000)

O termo Desenho Universal é designado pelo Decreto 5296/04 como:

Concepções de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma e sensorial, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (DECRETO FEDERAL nº 5296/04 art. 8º, inciso IX).

O Desenho Universal é uma filosofia de projeto que visa à criação de ambientes, edificações e objetos, considerando desde o início de sua concepção a diversidade humana (MACE 1985). Nesta concepção, as necessidades específicas de todos os usuários, idosos, crianças, gestantes, pessoas com deficiência temporária ou permanente, devem ser atendidas, eliminando a ideia de fazer, ou adaptar projetos especiais para pessoas com necessidades especiais. No entanto, para atingir os requisitos de desenho universal, criando espaços e objetos com boas condições de legibilidade, conforto e segurança, é fundamental compreender quais são as necessidades específicas oriundas de diferentes deficiências.

As áreas de atuação do Desenho Universal vão desde o desenho de espaços urbanos acessíveis para todos, até o desenho de espaços inclusivos e objetos de tecnologia assistia. Por tecnologia assistia compreendem-se os meios e sistemas que minimizam as dificuldades e aumentam a eficiência de pessoas com deficiências (ASSISTIVE TECHNOLOGY ACT/1998), tais como rampas adequadas, cadeiras de rodas e sistemas de comunicação alternativa. Assim, o desenho universal visa à máxima autonomia e independência na realização de atividades pelo maior número de pessoas, considerando suas diferenças e criando condições ambientais para a inclusão.

1.4. AS BARREIRAS ENCONTRADAS PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

As barreiras físicas são representadas por elementos arquitetônicos físicos ou de desenho espacial que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente e causando diversos tipos de restrições.

As barreiras de informação são aquelas que dificultam ou impedem o acesso às informações espaciais necessárias para a orientação nos ambientes e a realização de atividades.

As barreiras atitudinais são aquelas estabelecidas na esfera social, em que as relações humanas centram-se nas restrições dos indivíduos e não em suas habilidades. Assim se um professor de educação física impedir um aluno cadeirante de participar de um jogo de bola, o faz por não reconhecer seu direito de inclusão, e não tanto por não saber criar modos de brincar que permitam a participação do aluno no jogo.

Segundo a Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050, 1994), promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sócias importantes, que reforçam o conceito de cidadania. Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os seus usuários. No entanto, a maioria das cidades é construída e modificada desconsiderando vários dos diversos tipos humanos que habitam estes ambientes construídos.

É importante conhecer alguns conceitos sobre este tema:

Mobiliário Urbano são todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. São exemplos de mobiliário urbano, telefones públicos, caixas de correios, bancas de jornal, semáforos e outros.

Equipamentos Urbanos são todos os bens públicos e privados, de utilidades públicas destinadas à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. São exemplos de equipamento urbano: ginásio de esportes, clubes, escolas, praças, parques, auditórios, estacionamentos e outros.

Acessível são o espaço, edificação, mobiliário ou elemento que possa ser alcançado, visitado ou utilizado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com deficiência. A palavra acessível é usada tanto para a acessibilidade física, como na comunicação e sinalização.

Barreira Arquitetônica Ambiental é aquela que causa impedimento da acessibilidade, natural ou resultante de implantações arquitetônicas ou urbanísticas. Ser acessível é a condição que cumpre um ambiente, espaço ou objeto para ser utilizado por todas as pessoas. Esta condição é um direito universal, pois a referencia a todas as pessoas no plural, se associa a uma realidade essencial: a diversidade característica do ser humano.

1.4.1. Legislação e Fiscalização

Foi a partir da Constituição de 1988 é que o ordenamento político passou a prever exaustivamente e detalhadamente vários direitos relativos às Pessoas com deficiência (saúde, educação, trabalho, assistência social, entre outros). Desde então uma ampliação da quantidade de normas de proteção e de afirmação dos direitos destas pessoas. Surgiram Leis ordinárias, decretos, portarias e instruções normativas em âmbitos, municipais, estaduais e federais.

Entre todas, as de maior relevância são:

Constituição Federal – é o principal instrumento jurídico de defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, além de garantir a todos o direito à igualdade, à dignidade, à não discriminação e à educação. A Constituição trata de medidas como o direito à inserção no mercado de trabalho, as reservas de vagas em concursos públicos e a previsão de eliminação de barreiras arquitetônicas.

Lei Federal nº 7853 de 24 de outubro de 1989 - Esta Lei estabelece normas gerais para o exercício da cidadania das PPD e define as responsabilidades do Poder Público. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da PPD – CORDE Institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes e dão outras providencias.

Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e, nos artigos 20 e 21, estabelecem critérios para a concessão do “benefício da prestação continuada que é de um salário mínimo mensal a pessoa com deficiência e ao idoso com 70 anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família”.

Lei Federal nº 9.934, de 20 de dezembro de 1994 - Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Mantém a divisão do sistema de ensino em regular e especial, admitindo a possibilidade de substituição daquele, regular, pelo especial.

Decreto Federal nº 3298, de 20 de dezembro de 1999 - Regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da PPD, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece requisitos mínimos de acessibilidade que abrangem desde as vias públicas, parques, espaços livres, estacionamentos, reformas e construção de edificações de uso coletivo e privado, conforme os padrões técnicos testados e aprovados na Norma Brasileira 9050/94 - Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos e outras normas complementares.

Temos também outras importantes Leis que são encontradas nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios.

Na questão da acessibilidade, o principal problema é o cumprimento da legislação de que dispomos, na construção do acesso com dignidade. Dignidade que visa o bem-estar de todos e que facilita a vida de quem por algum motivo tem sua mobilidade reduzida. Contar com o apoio e vigilância da população são imprescindíveis na manutenção dos resultados, além é claro, da fiscalização por parte dos órgãos públicos, conscientizando a todos da importância de eliminação das barreiras e, principalmente, de seu cumprimento. Diariamente os deficientes têm seus direitos básicos desrespeitados, pelo não cumprimento e a falta de fiscalização dessas leis.

Atentemos para os locais por onde passamos regularmente com a visão de quem tem deficiência e perceberemos como essa deficiência foi historicamente construída. Com certeza contemplaremos uma forma de vencer esta batalha cotidiana, que não deve ser de alguns, mas de todos enquanto cidadãos. A cidade e seus espaços devem servir a todos e não somente a uma parcela da população. Este deve ser o nosso desafio: a trajetória da caminhada do “ir e vir”, mas principalmente do “viver”.

Barreiras Arquitetônicas e Ambientais

Estes obstáculos que a sociedade constrói no espaço urbano, nos edifícios, nos transportes, nos mobiliários e equipamentos impedem e dificultam a livre circulação de pessoas, sobretudo as pessoas que sofrem alguma incapacidade transitória ou permanente.

Vivemos em uma cidade que não está preparada para receber pessoas com qualquer tipo de deficiência, totalmente inacessível.

Dentre alguns exemplos, podemos citar:

No Meio Urbano, cujas responsabilidades são dos Governos: Federal, Estadual e Municipal:

- calçadas, passeios e calçadas com pavimentação esburacada e desnivelada com canteiros e projeção de vegetação na calçada;
- falta de rampas;
- rampas íngremes;
- escadas com degraus variando na largura e altura, piso escorregadio, falta de corrimão e guarda-corpos;
- estacionamentos sem vagas para Pessoas portadoras de deficiência;
- jardins e praças sem proteção em torno dos troncos de árvores;
- equipamentos mal colocados tais como: telefones, bancas de jornal, caixas de correio, cestos para lixo;
- falta de acesso a hospitais, escolas, bancos, supermercados, cinemas, igrejas, clubes etc.; meios-fios altos;
- telefones públicos e caixas de correio altas;
- falta de banheiros públicos;
- falta de sinalização de rampas e passarelas;
- falta de sinalização para as Pessoas Portadoras de deficiência;

- falta de sinalização para motorista.

As pessoas com deficiência física são chamadas segundo a ABNT, de ambulatoriais podendo ser classificadas como parciais e totais. Os parciais são aqueles que se movimentam com dificuldade ou insegurança, usando ou não aparelhos ortopédicos e próteses. Os ambulatoriais totais são aqueles que utilizam, temporariamente ou não, cadeiras de rodas e incluem paraplégicos, tetraplégicos, hemiplégicos, amputados e pessoas afetadas fortemente por doenças e malformações que as impossibilitam de andar.

A ABNT formulou normas específicas para a acessibilidade, fundamentadas nos referidos instrumentos jurídicos, que vêm apoiar a execução arquitetônica e urbanística e nos meios de transporte, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade. São elas:

-NBR 9050:1994 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificação, espaços, mobiliários e equipamento urbano.

-NBR 13994:2000 – Elevadores de passageiros – Elevadores de transporte de pessoa portadora de deficiência.

-NBR 14020:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de longo percurso.

-NBR 14021:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem metropolitano.

-NBR 14022:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus para o atendimento urbano e intermunicipal.

-NBR 14273:1999 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência no transporte aéreo comercial.

Apesar da legislação existente e do conjunto de normas disponíveis, observa-se que a maioria dos Estados brasileiros não atende às necessidades da acessibilidade de maneira eficaz, ainda que muito necessite ser feito para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos plenamente respeitados pela sociedade, é visível nos dias atuais, o aumento da participação social dos mesmos.

As áreas de atuação do Desenho Universal vão desde o desenho de espaços urbanos acessíveis para todos, até o desenho de espaços inclusivos e objetos de tecnologia assistia. Por tecnologia assistia compreendem-se os meios e sistemas que minimizam as dificuldades e aumentam a eficiência de pessoas com deficiências (ASSISTIVE

TECHNOLY ACT/1998), tais como rampas adequadas, cadeiras de rodas e sistemas de comunicação alternativa. Assim, o desenho universal visa à máxima autonomia e independência na realização de atividades pelo maior número de pessoas, considerando suas diferenças e criando condições ambientais para a inclusão. Um dos componentes essenciais do desenho universal é a acessibilidade espacial.

Acessibilidade espacial é poder chegar a algum lugar com segurança, conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais, estabelece a participar das atividades que ocorrem no ambiente fazendo uso dos equipamentos disponíveis. A acessibilidade espacial depende das condições ambientais de acesso à informação, das possibilidades de deslocamento e de uso de atividades, permitindo aos indivíduos participar e estabelecer relações com as demais pessoas. Para se criar ambientes acessíveis é necessário identificar os diferentes elementos que podem dificultar ou impedir a percepção, circulação, compreensão ou apropriação dos espaços e atividades por parte dos usuários, bem como obstáculos de ordem social e psicológico que impedem seu uso efetivo. Estes elementos são conhecidos com barreiras atitudinais, físicas e de informação.

As barreiras físicas são representadas por elementos arquitetônicos físicos ou de desenho espacial que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente e causando diversos tipos de restrições.

As barreiras de informação são aquelas que dificultam ou impedem o acesso às informações espaciais necessárias para a orientação nos ambientes e a realização de atividades.

As barreiras atitudinais são aquelas estabelecidas na esfera social, em que as relações humanas centram-se nas restrições dos indivíduos e não em suas habilidades. Assim se um professor de educação física impedir um aluno cadeirante de participar de um jogo de bola, o faz por não reconhecer seu direito de inclusão, e não tanto por não saber criar modos de brincar que permitam a participação do aluno no jogo.

Salientando as barreiras sociais e a eliminação delas para garantir a inclusão das pessoas com deficiência física é o ideal de uma sociedade inclusiva.

1.5. POSSIBILIDADES PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA APRENDEREM NA ESCOLA

Inclusão diz respeito a melhorar a escola para todos e combater qualquer forma de exclusão, segregação e discriminação no contexto escolar. Ao mesmo tempo, a inclusão diz respeito à promoção de oportunidades igualitárias de participação. Numa escola inclusiva todos são considerados iguais e têm o mesmo valor. Assim, a escola que é inclusiva está em contínuo processo de mudança para assegurar o acolhimento de cada um dos seus alunos ou dos membros da comunidade escolar, bem como sua aprendizagem.

Os princípios norteadores da inclusão de portadores de deficiência na rede regular de ensino começaram a emergir, em âmbito internacional, na década de 1980, por ocasião do ano internacional das Pessoas Deficientes, ocorrido em 1981. Uns desses preceitos visavam ao processo de construção da cidadania dos deficientes. (Beraldo 1999)

Em 1994, foi assinada a Declaração de Salamanca, um marco histórico a favor da inclusão. Seu princípio fundamental é o de que as escolas devem acomodar todas as crianças, possibilitando que elas aprendam juntas, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter, quer seja física, intelectual, social, emocional, linguística ou outras. Assim, as escolas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de SUS alunos, respeitando e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parceria com a comunidade. Desse modo, espera-se que a escola inclusiva seja um dos meios mais eficazes no combate a atitudes discriminatórias, respeitando e ensinado a respeitar tanto as diferenças quanto a dignidade humana.

A Escola tem papel importante, porque este é um dos espaços onde o deficiente pode desenvolver seu potencial intelectual e interagir com outras pessoas em sua faixa etária. Claro que serão necessárias adaptações, o uso de recursos especiais (tecnologias assistias), o conhecimento prévio da deficiência em questão... E cabem à família fazer esta ponte, passando as informações necessárias referentes às necessidades especiais, os limites e potencialidades deste indivíduo. Apesar de todos os obstáculos e barreiras que tendem a nos mobilizar, o dia a dia na escola oferece varias oportunidades de experimentar práticas inovadoras, colaborativas e participativas na sala de aula.

Em relação ao ambiente escolar pode-se dizer que dentre os inúmeros elementos em que a escola necessita para se ajustar e receber os alunos portadores de necessidades especiais à adaptação do meio físico esta entre as principais uma vez que irá proporcionar o acesso de todos ao meio educacional. Mesmo que, no Brasil, as pesquisas sobre acessibilidade nos ambientes escolares, principalmente públicos, já que são de uso e direito da comunidade em geral, ainda sejam pouco numerosos “é possível perceber uma tendência mais atual sobre a importância desse tema” neste determinado ambiente. (CORRÊA e MANZINI, 2008, p. 03).

Sabe-se que é difícil ter um padrão muito correto em todos os locais de acesso da população e ainda estamos longe de poder favorecer a todos o direito de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência seja ela de qualquer natureza. Neste quadro encontramos uma situação bastante agravante quando reduzimos esta busca pelo acesso às escolas e quando tratamos de crianças que são ainda mais excluídas. Pode-se observar que em escolas públicas este acesso é ainda mais deficitário e está longe de uma solução. (AUDI e MANZINI, 2006)

Devemos lembrar que a escola deve proporcionar um ambiente que ofereça condições de locomoção dos alunos em todos os espaços da instituição, independente das limitações que sua deficiência apresente.

Se quiseres citar a Política Nacional, tem que ser a de 2008 (política nacional de educação o especial na perspectiva da educação inclusiva). Seria ótimo, pois traria um tom mais atual ao texto. Tem disponível na internet.

Acessibilidade não é um privilégio, é um direito e deve atender a todos os cidadãos, independente de suas deficiências.

CAPÍTULO 2– METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida teve por objetivo analisar as características do ambiente escolar e sua contribuição para o recebimento, acolhimento e permanência de um aluno com deficiência física na instituição. A mesma foi realizada do tipo descritivo, o que objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir, tendo foco principal observar, procurando descrevê-la e interpretá-la.

Foi analisada uma escola particular no município goiano de Alexânia para coleta de dados no que se refere à estrutura física, presença de mobiliário adequado e adaptações. A escolha da escola se deu mediante o critério de adequação. Assim a busca da escola se deu uma que continha requisitos para receber e atender os alunos com deficiência. Constituiu também na escolha da escola para o objeto de trabalho, entrando em contato com a mesma para solicitação e permissão para a realização da pesquisa com observação e questionário.

Os procedimentos ocorreram em três etapas.

Na primeira etapa foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema acessibilidade e dos principais pressupostos da Norma NBR 90/50 da ABNT. Numa segunda etapa foram realizadas observações, nas quais foi averiguado o estado real das edificações em função das exigências constantes na norma NBR, e na terceira etapa um questionário (anexo) foi utilizado como forma mais aceita pelos entrevistados. Foram elaboradas 11 perguntas de caráter aberto, sendo seis questões para alunos e cinco para diretora, coordenadoras e professoras, abordando a opinião dos envolvidos a respeito de aspectos funcionais da escola.

2.1.QUESTIONÁRIO

O questionário aberto foi a opção deste trabalho, pois por meio do questionamento é possível traçar o perfil dos entrevistados oferecendo dados gerais como idade, grau de formação, tempo de serviço, sexo e opiniões sobre o assunto pesquisado. A escolha do questionário se deu por permitir ao entrevistado mais liberdade para expor sua opinião, ele é um dos instrumentos mais usados nas pesquisas, por ser rápido, não cansando quem o estar respondendo.

2.2.LÓCUS DA PESQUISA

O local utilizado para a realização deste trabalho foi uma escola particular situada no município de Alexânia no estado de Goiás. O espaço físico da escola está organizado da seguinte forma: 12 salas de aula, um sala interativa, biblioteca, brinquedoteca, quatro banheiros, sendo um adaptado para deficiente físico, secretaria, pátio, sala dos professores, parquinho, diretoria, cantina e um ginásio poliesportivo ainda em construção.

A equipe administrativa compõe-se de diretora, duas coordenadoras, duas secretárias, uma tesoureira, 20 professores, dois auxiliares de serviços gerais e um vigia. Com exceção dos auxiliares e do vigia, todos os outros componentes da escola têm curso superior.

A escolha do local se deu mediante o fato da instituição trabalhar com o ensino fundamental, desta forma encaixando-se no perfil que se pretende observar, analisar e pesquisar, podendo atender às expectativas do pesquisador com as informações necessárias para a realização desse trabalho.

2.3.CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Foram entrevistados dois professores com idade entre 28 e 35 anos, todos do ensino fundamental, graduação em pedagogia, letra e educação física, foram entrevistadas também duas coordenadoras com idade entre 40 e 45 anos de idade também com formação superior e a diretora que é pedagoga e graduada em educação física. Fizeram parte também das entrevistas cinco crianças com idades entre 10 e 14 todas do ensino fundamental e com autorização devida de seus responsáveis.

Foram entregues os modelos de carta de autorização para os pais (apêndice) pedindo a colaboração das crianças no desenvolvimento do trabalho, solicitando autorização para responder o questionário. Os sujeitos são elementos fundamentais na pesquisa por levar o pesquisador a obter as informações que busca para responder às questões da pesquisa.

2.4. ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa analisou um ambiente educacional sob o foco da acessibilidade, enfatizando o uso dos espaços por deficientes físicos na instituição de ensino. Em relação à mobilidade verifica-se que a escola vem ao longo dos anos se adaptando às normas estabelecidas, contem rampas, banheiros adaptados, salas de aulas adaptadas, pátio acessível à cadeirante, porém no que diz respeito à mobilidade de professores a escola deixa a desejar, o banheiro para os professores é muito pequeno, o acesso à sala dos professores não permite a chegada de um cadeirante. Os equipamentos como, mobiliário escolar, bebedouro, balcão de atendimentos não permite o seu uso de maneira universal o que dificulta a participação de alunos e professores com restrições nas atividades em condições de igualdade.

Para desenvolver essa pesquisa foi realizado um questionário aberto e montado a partir das dúvidas do pesquisador e anseios em relação ao que está sendo feito dentro das escolas em relação à acessibilidade do deficiente físico. As entrevistas foram feitas através de um questionário respondido a próprio punho pelos entrevistados. Antes das entrevistas todos os entrevistados tiveram acesso às perguntas e a permissão autorizada pelo os mesmos. Houve cordialidade entre entrevistador e entrevistados, o que serviu para expor e falar abertamente sobre as questões.

Depois as entrevistas foram analisadas e todos os depoimentos apresentados foram cuidadosamente analisados para que fosse extraído o máximo de informação para responder aos questionamentos da pesquisa em questão.

A primeira pergunta foi se o entrevistado considera que a escola atende às necessidades de mobilidade dos alunos com deficiência física. Todos responderam que sim, porém um dos entrevistados falou que ainda há o que se fazer para que a escola esteja preparada como manda a lei. De acordo com Correa e Manzini, (2008, p.1-13p.) *“Sabe-se que é difícil ter um padrão muito correto em todos os locais de acesso da população e ainda estamos longe de poder favorecer a todos o direito de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência seja ela de qualquer natureza”*.

A pergunta seguinte foi em relação à infraestrutura da escola, e novamente todos responderam que sim, a escola atende a demanda de infraestrutura de acordo com as exigências legais. *“Sim a escola está apta a atender, foram feitas as adaptações de acordo*

com as exigências legais” Diz a professora Maria. Porém no decorrer das observações foi percebido que ainda faltam alguns pontos que precisam ser mudados para que a escola seja realmente adaptada. Segundo a NBR 90/50 “promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança. Um espaço construído, quando acessível a todos é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os usuários”.

Ao perguntar se considerava sua escola acessível todas as respostas foram positivas, nesse ponto duas falas me chamaram atenção, duas professoras responderam que sim, “*mas não existem banheiros especiais em cada andar e sim um banheiro centralizado que atende a todos*”, sabemos que de acordo com o Desenho Universal que é uma filosofia de projeto que visa à criação de ambientes, edificações e objetos, considerando desde o início a sua concepção a diversidade humana. (MACE, 1985), para atingir os requisitos de desenho universal, criando espaços e objetos com boas condições de legibilidade, conforto e segurança, é fundamental compreender quais são as necessidades específicas oriundas de diferentes deficiências.

Ao perguntar sobre as barreiras para a inclusão do deficiente físico as respostas foi unânimes o preconceito. “*O preconceito e a resistência de algumas pessoas... Ainda é com certeza um dos grandes desafios a serem eliminados para então garantir a inclusão total destes deficientes*”.

Temos consciência que a sociedade é por vezes preconceituosa, diante disso, temos leis que asseguram o direito de todos, mas elas nem sempre nos ajudam.

Igualdade: viver em sociedade tendo iguais direitos, privilégios e deveres, como todos os indivíduos; respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. (BRASIL, 1994, p.38)

Ao finalizar foi perguntado sobre os elementos necessários para que os alunos com deficiência física aprendessem na escola. Cristine* respondeu que o espaço físico adequado, professores preparados e comprometimento da família, seriam requisitos essenciais para acontecer o aprendizado. Eliene* respondeu que a capacidade de lidar com as diferenças físicas seria um elemento necessário para ocorrer à inclusão do deficiente físico. Maria* também diz que o espaço físico é o mais importante, todas concordaram que para haver um

aprendizado satisfatório o deficiente físico deve estar amparado nas condições para sua locomoção dentro da escola.

Ao entrevistar as crianças o que impressionou foi à qualidade das repostas ao ser perguntado o que entendia por acessibilidade. A aluna Catarina* respondeu: *“significa onde a pessoa pode chegar com facilidade, um lugar onde é fácil de alcançar, serve para o acesso de pessoas especiais a todas as atividades do dia a dia.”*

Outra criança ao ser questionada sobre a preparação da escola para receber o colega com deficiência física Paulo* respondeu: *“Sim, há tudo preparado para a locomoção do cadeirante e a convivência com os demais colegas”*.

Pedro* um garoto de doze anos respondeu a mesma pergunta *“Dependendo do lugar, mas no colégio quase todos os lugares são acessíveis como o banheiro, a quadra, a sala de aula e até mesmo o segundo andar da escola”*.

Conversando com as crianças, foi perguntado se o colega com deficiência física consegue participar das aulas de educação física ou momentos de recreação, todos responderam que nas aulas práticas fica um pouco difícil, mas participam das aulas teóricas.

Após as entrevistas ficou evidente que tanto corpo docente, como alunos sabem o que é preciso para haver acessibilidade dentro de uma escola. A escola esta trabalhando para ser uma instituição acessível, procurando adequar suas instalações de acordo as normas estabelecidas. Por já terem contato com deficiente físico as crianças têm noção de como agir com o colega nesta situação, todos demonstraram não ter preconceito nem restrições com esse colega, muito pelo contrario ajudariam da melhor maneira que fosse possível para a sua adaptação na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou algumas compreensões que os sujeitos da escola em questão apresentam sobre a acessibilidade física dentro da instituição de ensino, por meio de suas falas e suas práticas. Assim entende-se que essas compreensões ainda encontram-se limitadas, baseando-se em aspectos repetitivos, reprodutivos e presos a determinados espaços.

Existem várias leis e normas que regulamentam os direitos das pessoas com deficiência física, no entanto, não são cumpridas como deveriam não garantindo os espaços e edificações que atendam o maior número de pessoas possíveis e assim grande parte desta população sofre exclusão social, pois não têm o mesmo acesso que as pessoas sem nenhuma limitação.

Embora existam pesquisas, debates, reflexões e projetos na busca para melhorar a adequação, o que se observa é que há uma distancia entre a teoria e a prática em relação às adaptações feitas na escola. Assim percebe-se e reflete-se que existem interesses para que haja as mudanças adequadas e prioritárias e que a escola vem se adequando ao longo do tempo. A caracterização de uma instituição de ensino que se estenda a todas as pessoas em idade escolar requer mudanças na forma de conceber o ensino, a aprendizagem e as relações estabelecidas no espaço escolar dentre outros aspectos que configuram a educação brasileira.

É preciso que todos principalmente a escola entendam e aprenda que viver coletivamente é uma necessidade humana, a escola precisa permitir que crianças com deficiência participassem junto com as ditas normais, pois assim poderão conhecer e dizer que fazem parte do mesmo mundo. Um mundo acessível.

A conquista de um pensar e de uma ética inclusiva se afirma na coerência das ações e das palavras que ratificam uma educação cada vez mais inclusiva.

Perspectiva Futura

Sempre me identifiquei com a educação, me formei no magistério e comecei a lecionar, amava a sala de aula, porém a vida me levou para outros caminhos.

Casei-me e logo me tornei mãe, usei muitos dos conhecimentos adquiridos durante o curso normal em casa, pois família também é uma instituição voltada para a educação, mas sentia que ainda tinha que voltar para sala de aula. Quando minha filhinha começou a estudar voltei para sala de aula, estava muito feliz, logo depois engravidei novamente desta vez se gêmeos e mais uma vez abandonei a sala de aula, sem dramas, pois mais uma vez ira cuidar da minha família.

Em 2007 comecei a cursar Pedagogia pela UNB, um sonho se realizando, muitas dificuldades, aprendizados e conhecimentos. Agora faltando menos de um semestre para concluí-los percebo que não atuarei na área, pois nestes últimos cinco anos minha vida mudou e meu ramo de trabalho também. Meu marido é agricultor e trabalho com ele e a cada dia que passa este vinculo vai ficando cada vez mais firme.

Sei que posso no futuro voltar para a sala de aula e seria algo que muito me agradaria, pois a educação faz parte da minha vida, ainda tenho tempo, assim eu penso, e não posso descartar a ideia de ser professora novamente e desta vez com o diploma de pedagoga. Meu desejo é algum dia trabalhar com educação inclusiva que uma modalidade que deve beneficiar todas as pessoas, possibilitando respeito às diferenças, fazendo com que os indivíduos se relacionem e se percebam com ser humano, superando diferenças e limitações.

Minha pretensão futura é exatamente pode contribuir com a educação inclusiva, trabalhar com projetos diferenciados em escolas que tenham alunos com necessidades especiais. Gostaria de me aperfeiçoar nesta área, pois durante o curso de pedagogia me identifiquei com a educação especial e gostaria muito de colocar em prática muitos dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. NBR 9050: 1994. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificação, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 56 p, 2001.

ABNT. NBR 13994:2000. Elevadores de passageiros- Elevadores

AMARAL, L. A. Sociedade x deficiência. **Revista Integração [do] SEESP-MEC**, ano quatro, n. 9, p. 4-10, 1992.

ARAUJO, R. C. T.; LORENZINI, M. A educação psicomotora como atividade lúdica para crianças com deficiência física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Carlos: UNIMEP, v.2, n, três, p.63, 1993.

ARAUJO, R, C, T; MANZINI, E. J. Recursos de ensino na escolarização do aluno com deficiência física. In: MANZINI, E. J. (ORG). *Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência*. Marília: UNESP, 2001. P.1-12.

_____ Declaração de Salamanca, 1994
<http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/unesco/textos/texto_2>. Acesso em 17 dez 2012 às 15h35min

BRASIL. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação especial*, 1998,

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Especial**. Disponível em: <[HTTP://WWW.mec.gov.br/seesp/oquee.shtm](http://WWW.mec.gov.br/seesp/oquee.shtm)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência – disponível em:<[HTTP://www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)>. acesso em 19 dez de 2012 às 10h10min.

CAMBIAGHI, Silvana. *Desenho Universal. Métodos e técnicas para Arquitetos e Urbanistas*. 1 d. São Paulo: Senac, 2007. P 23-60.

MACIEL. M. C. B. T. Deficiência física: Deficiência mental e deficiência física. Brasília: MEC; 1998. Caderno TV Escola. Acesso em 20 dez às 11h 25 min.

MANZINI, E. J; CORRÊA, P. M.. Avaliação da acessibilidade em escolas do ensino fundamental usando a tecnologia digital. In: 31ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2008, Caxambu. Anais: Constituição Brasileira, direitos humanos e educação. Rio de Janeiro: Anped, 2008. v. 1. p. 1-13.

MEC/SEESP, Educar na diversidade – Material de formação docente, 2006. <[HTTP://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf)>. Acesso em 17 dez 2012 às 13h15min

ONG.ORG. Disponível em: <www.ong.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em 12 dez 2012.

NOVOSER. Disponível em: <WWW.novoser.org.br/instit-reportsgens.htm>. Acesso em 14 dez de 2012 às 10h20min

DEFICIENTE CIENTE. Disponível em:<<http://www.deficienteciente.com.br/2011/09/como-adaptar-sua-escola-para-deficientes-fisicos.html>>. Acesso em 17 dez de 2012 às 16h50min.

BEMPARANA. Disponível em:<<http://www.bemparana.com.br/noticia/191277/como-adaptar-sua-escola-para-deficientes-fisicos>>. Acesso em 17 dez de 2012 às 18h20 min.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Universidade Aberta do Brasil – UAB

Universidade de Brasília – UNB

Aluna – Elaine Cristina Oliveira Alves Baroni

Curso – Pedagogia

Disciplina – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Orientadora – Fátima Lucília Vidal Rodrigues

Questões sobre acessibilidade

Questionário para alunos

1) Você acha que em sua escola o colega com alguma deficiência física tem facilidade de entrar e andar pelo pátio, entrar nas salas e nos banheiros?

2) O colega deficiente físico consegue participar das aulas de educação física ou momentos de recreação?

3) Você acha que se um colega usar cadeiras de rodas ele poderá ir a qualquer lugar dentro da escola?

4) O que você acha que ainda pode se fazer para que o colega com deficiência física fique mais à vontade e possa circular por toda a escola?

5) Você sabe o que significa acessibilidade? E para que serve?

6) Em sua opinião a escola está preparada para receber um coleguinha com deficiência física?

Obrigada!

Universidade Aberta do Brasil - UAB

Universidade de Brasília – UNB

Aluna – Elaine Cristina Oliveira Alves Baroni

Curso – Pedagogia

Disciplina – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Orientadora – Fátima Lucília Vidal Rodrigues

Questões sobre acessibilidade

Questionário para professores, diretora e coordenadoras

1) Você considera que a escola atenda às necessidades de mobilidade dos alunos com deficiência física?

2) Considerando a acessibilidade é possível afirmar que a escola atenda a todos demanda de infra estrutura para deficiente físico?

3) Você considera sua escola acessível ao deficiente físico seja ele aluno, professor ou até mesmo visitantes?

4) Quais são as barreiras? O que você ainda percebe que ainda deva ser eliminado para garantir a inclusão do deficiente físico?

5) Quais são os elementos necessários para que os alunos com deficiência física aprendam nesta escola?

Obrigada!

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação:

Título do projeto:

Pesquisador responsável: _____ sob a orientação da Prof^a.
Dr^a. Fátima Lucília Vidal Rodrigues.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília e Universidade Aberta do Brasil, curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Telefones para contato: (61)33072130

Nome do voluntário:

Idade: _____ anos R.G.

Responsável legal (quando for o caso):

R.G. Responsável legal:

O/A Sr. (^a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa , de responsabilidade do pesquisadora, sob orientação da Prof^a. DRT. Fátima Lucília Vidal Rodrigues. Tendo como objetivo. Ao participar deste estudo o/a Senhor (^a) permitirá que o pesquisador atinja o objetivo proposto, afim de contribuir com a melhora da . O/A Sr. (^a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto acima citado e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa a Sr. (^a) não terá nenhum benefício direto.

O Sr. (^a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.